

# MARIA LAMAS E AS MULHERES DO MEU PAÍS OU A DESLOCALIZAÇÃO DE UMA INTELLECTUAL

Teresa Joaquim

Investigadora do CEMRI – Centro de Estudos das Migrações  
e das Relações Interculturais – Universidade Aberta

*Em memória de Mariza Corrêa*

## I

1948-1950: publicação de *As Mulheres do meu País* de Maria Lamas em 24 fascículos (cf. Fiadeiro, A.; 2003: 152), acabados de imprimir em 15 de Abril de 1950. Maria Lamas tinha 57 anos e estes fascículos eram publicitados assim: «Como vivem e trabalham as mulheres portuguesas». A obra deve ser contextualizada no seu gesto original, a saber, o encerramento pelo governo de Salazar, em 1947, da sede do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), que foi criado em 1914 e teve vários momentos, desde a sua origem maçónica e republicana até à militância antifascista sob a liderança de Maria Lamas a partir de 1945, período que é designado por João Esteves como «a dinâmica do derradeiro ciclo: Maria Lamas» (Esteves, 2016: 74). Maria Lamas já desempenhara funções no CNMP antes de assumir a sua presidência, encarregada nomeadamente das questões ligadas à educação. O momento, ou antes, o acontecimento que provocou o encerramento do Conselho (CNMP) foi a realização da *Exposição de livros escritos por mulheres*, que teve lugar em Lisboa, na Sociedade Nacional das Belas Artes entre 4 e 12 de janeiro de 1947.

Esta exposição surge no contexto do pós-guerra, que tinha criado algumas esperanças de uma inflexão menos autoritária do regime, o que não se veio a verificar. O encerramento do CNMP ocorre em 28 de junho de 1947, passando agora o 70.º aniversário deste momento fatídico para a história do feminismo em Portugal. Em relação ao CNMP, João G. Esteves (2016: 82) refere, entre outras questões a serem investigadas no futuro: «o equilíbrio entre as organizações de mulheres criadas pelo Estado Novo, Organização de Mulheres para a Educação Nacional (OMEN) e Mocidade Portuguesa Feminina, ambas criadas em 1936» (cf Pimentel, 2000) e ainda o CNMP enquanto «mobilizador e dinamizador da oposição feminista antifascista» e, segundo este historiador, um dos seus legados.

Deve-se referir que muitas das mulheres que integraram o CNMP pertenciam a uma elite de mulheres cultas, universitárias (Esteves, J. G.; 2016: 69) e algumas delas pertenciam ou estavam ligadas a famílias de personalidades intelectuais de renome. Antes da organização desta *Exposição de livros escritos por mulheres*, Maria Lamas, noutro contexto, tinha organizado em 1930 o *Certame das Mulheres Portuguesas* (Fiadeiro, A.; 2003:172), cujo lema era «sejamos inteligentemente mulheres» (idem: 161); segundo entrevista de Elina Guimarães (DN de 15/1/1981), essas conferências «foram o breve encontro do passado com a mulher portuguesa do futuro, que já era presente» (publicado em Elina Guimarães, 2000: 110). Há pois um longo percurso desta e doutras mulheres, uma luta cívica e política que passava pelo trabalho de divulgação, de escrita – romances, contos, jornalismo –, pela organização de eventos culturais, por levantamentos/inquéritos feministas (Fiadeiro, A.; 2004: 119-132).<sup>1</sup> Portanto, há inelutavelmente um trabalho intelectual, uma dimensão cultural, que marca o percurso destas mulheres enquanto feministas e há ainda um fio de continuidade em relação ao tema fulcral do feminismo da 1.ª República, a saber, *a educação*, de modo a permitir *a independência económica*.

Ora, este trabalho cultural, pedagógico, cívico e intelectual era contemporâneo de obras como as de Mme de Gencé (1927), referida também por Elina Guimarães, em que aquela afirma: «uma menina não deve ter opinião política; nesse assunto deve insinuar a sua ignorância» (Gencé, 1927: 23), ou «os jornais

1 «Inquéritos feministas nos anos 30 em Portugal: uma cronologia anotada» (cf Fiadeiro, A.; 2004: 119-132)

não se fazem para as meninas, porque a diversidade dos assuntos que eles tratam, e das informações que dão, apenas contribuiria para trazer a uma rapariga impressões e preocupações estranhas à sua vida normal» (idem: 25).

Muitas das mulheres que pertenceram ao CNMP e nele militaram de forma diversa eram pedagogas, professoras, juristas, mulheres notáveis no rigor da argumentação, na escrita e defesa das suas ideias. Grupo também descrito nas suas práticas cívicas, culturais, políticas, no belo excerto do texto de J. G. Esteves, *Mulheres e republicanismo, 1908-1925*:

«Em momentos únicos ou banais, as mulheres estiveram lá. Pensaram, debateram, organizaram-se, actuaram. Escreveram, opinaram, polemizaram. Discursaram. Aderiram a causas. Politizaram-se. Alugaram sedes, calendarizaram reuniões. Reivindicaram, peticionaram. Expuseram-se, lutaram, correram riscos, sofreram incompreensões, injúrias e agressões. Marcaram presença em sessões, reuniões, festas, saraus, comícios, congressos, homenagens, celebrações, cortejos, manifestações, funerais, romagens. Foram para a rua» (2008: 24-5).

Noutra face desse mesmo contexto, deve ser referida a secundarização secular do acesso aos estudos, por parte das raparigas e mulheres, que permaneceu até recentemente. Guiomar Torresão glosa de forma irónica a necessidade dos mesmos em 1892:

«[...] ao passo que as rosas podem, em rigor, supprimir a grammatica e excluir a letra redonda; que os lyrios fiam à clara luz do sol a sua túnica setinosa, sem terem necessidade de recorrer ao vil metal para o acto de se vestirem; [...] o nosso fato custa-nos dinheiro» e mais adiante: «Mas perguntarão talvez os meus leitores, que analogia há entre a transcendente questão do ensino da mulher e a mísera questiúncula do dinheiro.»(1892: 181)

Contexto, pois, marcado por uma taxa de analfabetismo feminina generalizada e cujas marcas têm, ainda hoje, implicações simbólicas e efeitos na inserção plena no mundo intelectual, cívico e político por parte das mulheres. Elas que estão aí por direito próprio. Efeitos prováveis, ainda hoje, na forma como se inscreveu esta ausência nas práticas atuais da cultura intelectual e científica e na leitura dessas práticas que continuam a reproduzir essa omissão, a não integrar os conhecimentos entretanto já produzidos, não podendo estes percursos cívicos, culturais, intelectuais e científicos fazerem parte do “mundo comum”, na designação de H. Arendt, do ponto de vista simbólico:

«o espaço do aparecer em sentido lato, o espaço em que apareço aos outros e os outros me aparecem [...] aparece um mundo novo quando se reconhece que há outros/as, um outro/uma outra» (in Collin, 1994: 120). Essa inclusão seria certamente também ela uma parte importante da metamorfose desse mundo comum no seu questionamento e no seu conflito enquanto parte do político (cf Chantal Mouffe 1996 e 2006).

O encerramento do CNMP é um acontecimento crucial para o feminismo em Portugal pela rutura que provocou entre gerações de mulheres empenhadas em ser e estar de direito pleno na vida pública como na privada. Simplesmente: “o direito a ter direitos”, que estes grupos de mulheres fizeram e praticaram na sua outra vertente, a dos deveres. Rutura que provocou o que (também) Arendt designa como “herança sem testamento”, colocando a questão central, a da transmissão e que é explicitada deste modo por Colin: «A relação entre mulheres deve ser pensada na categoria do simbólico e não do biológico, na forma do público e não do privado, e por público eu entenderia aqui, com Hannah Arendt, a relação de pluralidade onde quens, alguéns, permanecendo na sua heteronomia, dialogam através da ação e da palavra sem no entanto se igualizarem nem se fundirem: relação que passa pela política, pela arte, mas também pela amizade» (idem: 87). Transmissão a níveis diversos, como um elo que ficou quebrado: *a tradição rompida* deixando apenas breves pontes, como por exemplo o caso notável de Elina Guimarães (1904-1991), como ela própria percebeu de forma inteligente, irónica, a sua geração nessa ponte (cf. o tipo de conferências e a comparação entre as organizações dos anos 80 e as dos anos 30). E. Guimarães, em entrevista que integrou o documentário *O século das mulheres*, achava que «se essas feministas tivessem tido um espaço, tarefas durante o salazarismo, talvez tudo tivesse sido diferente» (cf. Joaquim, 2004: 210). Mesmo as que não se inscreveram no contexto ideológico do Estado Novo auto-apagaram-se e só recentemente surgem textos/livros sobre o papel dessas mulheres de “oposição” de forma ainda privada (cf. Vanda Gorjão, 2002); nem elas próprias reconhecem o valor do seu trabalho em tantas e múltiplas tarefas que consideravam privadas e não do domínio público e da esfera do político, o que julgo que se pode ligar à noção de não inserção no âmbito da leitura do salazarismo como produtor de silêncio, de invisibilidade, pelo filósofo José Gil (1995) e as suas consequências no contexto democrático:

«Paradoxalmente, o 25 de Abril e o fim do império impediram que se pensasse não só a guerra, como todo o colonialismo português que nela culminou. [...] Tudo se apagou no silêncio, graças a essa extraordinária capacidade de não expressão (de não inscrição) que caracteriza a sociedade portuguesa» (*Público*, 24/4/95).

Não inscrição que, curiosamente, reflete *talvez* o título da coletânea de textos publicados recentemente no livro *Este país não existe – textos contra ideias feitas*, organizado por Bruno Monteiro e Nuno Domingos (2015) que afirmam:

«Este livro trata da cristalização de imagens, tanto no passado como na actualidade, sobre a natureza de Portugal. Olhamos para o modo como se constrói o passado nacional, focamos o tempo colonial e as dinâmicas de construção da cultura popular. Decidimos chamar ao livro *Este país não existe*, precisamente porque os textos presentes no livro permitem pensar o país de modo diferente do que interpretações que insistem no esquecimento de vivências e processos como também das dinâmicas actuais que contribuem para a reprodução dessas visões» (contracapa).

Afirmações que subscrevo inteiramente face à questão que aqui se coloca, a saber, a da não inscrição a nível da história da cultura intelectual, e no caso específico da Antropologia, de trabalhos como *As mulheres do meu País*, de Maria Lamas, e também de Maria Archer, nomeadamente alguns números dos *Cadernos coloniais*<sup>2</sup>.

## II

A antropóloga Mariza Corrêa, autora entre outras, da obra *Antropólogas e Antropologia* (2003), iniciou o seu texto «Mulheres & Senhoras: em busca das Marias» (2004) pela questão que ela colocou aos seus colegas antropólogos (refere em nota M. Vale de Almeida e João Leal) aquando da sua primeira visita a Portugal em 1999: «[...] havia em Portugal mulheres como aquelas que eu havia estudado no Brasil?» (2004:109); - essas mulheres eram Heloisa Alberto Torres (diretora do Museu Nacional e que dominou a cena antropológica brasileira desde os anos trinta até final dos anos cinquenta); Leolinda Daltro (professora que idealizou um Serviço de Proteção aos Índios); e Emília Snethlage (diretora de Museu, ornitóloga que se interessou «pela vida dos nativos no país») obteve como referência, por parte dos seus colegas portugueses: Maria Archer e Margot Dias. Desta questão, passado algum tempo formula esta outra: «quem eram as feministas portuguesas?» (2004: 110) e uma outra se encadeia com estas: «o que é que África tem a ver com o feminismo em Portugal?» (idem). Questões obviamente pertinentes e cuja pertinência continua a persistir no contexto atual e, nesse mesmo artigo, M. Corrêa refere uma entrevista de M. Teresa Horta sobre as *Novas Cartas portuguesas*, publicadas em 1972, e que situaram o feminismo português no contexto internacional (cf. Cristiana Pena, 2008; Ana Luísa Amaral, 2007), em que a autora afirmava que as NCP «tinham menos a ver com uma literatura feminista mas com a questão: “o que estávamos fazendo em África?”».

Depois, M. Corrêa retoma estas questões, traçando, comparando e contrapondo o percurso de Maria Lamas e de Maria Archer aos das três mulheres referidas que ela estudou (Heloisa Alberto Torres, Leolinda Daltro e Emília Snethlage), cujo estudo pretendeu inscrevê-las na história da antropologia brasileira. De pleno direito. Da comparação dos percursos destas feministas no Brasil e das de Portugal, conclui:

«[...] as portuguesas estiveram tentando fazer aceder à cidadania portuguesa [...] uma parcela da sua própria sociedade – seja, no caso da M. Lamas, as mulheres, seja no caso de M. Archer, os africanos e as mulheres» (2004: 116).

Ora, esse trabalho de Maria Lamas mencionado por M. Corrêa, «o de fazer aceder à cidadania portuguesa as mulheres», necessita ele próprio de ser repensado e provavelmente deslocalizado, não só do próprio contexto do feminismo em Portugal, nas contradições existentes e em confronto com as organizações de mulheres do Estado Novo, mas também na novidade que alguns dos seus aspetos representavam no contexto da sociedade portuguesa dos anos 30-40 do século passado e estas mulheres ligadas, entre outras, a associações como a CNMP, e as mulheres que aderiram ao salazarismo: «Não houve uma mulher em Portugal que não tenha enviado ouro ao Ministro das Finanças, nem que fosse uma simples aliança» (Belo e al., 1987: 271) ou a referência que Elina Guimarães faz sobre Cândida Parreira: «Francamente

<sup>2</sup> Isabel Figueiredo retomou quase este título em *Cadernos de memórias coloniais*.

reacionária no que respeitava aos direitos femininos» e que viria a ser uma das primeiras deputadas portuguesas (Guimarães, 2004: 146).

Tensões entre discursos e práticas políticas e em que, transpondo as ideias de José Manuel Sobral no texto «o oral, o escrito e a memória dos sem história», no livro anteriormente referido *este país não existe*, aqui coloca-se a questão de saber porque é que no caso das obras de intelectuais portuguesas – algumas feministas –, cuja inscrição passa pela escrita e não apenas pela oralidade, e que acabam por permanecer como memória das/dos “sem história”, mesmo se foi um trabalho realizado sob a forma permanente da escrita, da sua inscrição e presença em publicações ou através de ações culturais (públicas) de ordem diversa, durante décadas, não se verificando, nestes casos, o que o mesmo autor refere no balanço sobre a antropologia no pós 25 de Abril:

«Na verdade, um dos maiores contributos da antropologia depois do 25 de Abril foi o facto de, ao abrigo da democracia, ter tido um papel maior, com a sociologia, para trazer ao conhecimento de um público mais alargado o vasto contingente dos colocados em situações subalternas que constituía a maioria da população rural portuguesa. Estes estavam - e estão - numa posição dominada, em termos de capital económico e de capital simbólico, para falar como Bourdieu, face às elites locais e nacionais, às classes dominantes e médias, à cultura letrada dominante no espaço urbano, de onde eram oriundos ou onde se formaram os antropólogos» (Sobral, 2007: 516).

### III

Recomeço. 1948-1950, publicação de *As Mulheres do meu País*, por Maria Lamas. Nesse mesmo período, são publicadas obras marcantes como *O segundo sexo* de Simone Beauvoir (1949); *As estruturas elementares do parentesco* de Claude Lévi-Strauss (1949), de que S. Beauvoir fará uma resenha na revista *Temps Modernes*; a obra de Margaret Mead, *Male and Female* (1949)<sup>3</sup>. Simultaneidade de publicação de obras que foram marcantes na releitura da contemporaneidade e, nomeadamente, no seu contributo para a elaboração do conceito analítico de “género”, fundamental em particular no âmbito das epistemologias feministas, à semelhança do que foi o conceito de “classe” para o movimento operário. Com efeito, este foi a irrupção do mundo masculino vindo dos campos na cidade moderna, tal como o movimento feminista foi a irrupção das raparigas e mulheres na escola e nos empregos modernos.

A simultaneidade das obras de M. Lamas e de S. de Beauvoir é uma coincidência que não deixa de ser relevante, quando a filósofa francesa é uma referência recorrente nos trabalhos que se dedicam à articulação da antropologia e do feminismo (Rosaldo, Heilborn, Mascia-Lee, Kofes), o que permite analisar a secundarização, ou antes, a categorização da *mulher* como *outra*, noção de alteridade que Suely Kofes problematiza deste modo: «Como relação e diferença (ou diferença em relação), exerce uma função crucial nas suas noções de *situação* e de singularidade. Como também nas noções de troca, reciprocidade e acção social» (2003: 9).

Questões centrais da antropologia que, para retomar o contexto desta obra de Maria Lamas, devemos contextualizar nas deslocações no espaço e/ou no estabelecer de contiguidades, revendo um pouco de história da antropologia portuguesa em que devemos percorrer algumas das subalternidades que se verificam na prática antropológica de muitos antropólogos, em particular no que diz respeito a mulheres/companheiras de antropólogos reconhecidos, que foram muitas vezes ocultadas e outras vistas como meras acompanhantes. Para não falar no próprio trabalho de campo e de avaliação do papel e das práticas das mulheres nas sociedades estudadas pelos/as antropólogos/as. (cf. Annette Weiner, 1983)<sup>4</sup>.

Contextualizar, pois, linhas e campos de investigação no antes do 25 de Abril de 1974, numa sociedade enformada pelos ideais do salazarismo como produtor de silêncio, de não expressividade (José Gil), mas também produtor, por outro lado, de uma retórica sobre a visibilidade, por exemplo, da “aldeia mais portuguesa de Portugal”, e que teve efeitos nos trabalhos produzidos na etnografia portuguesa sobre a sociedade camponesa e também pavor pela sua modernização como perda possível de identidade, tradições, etc., que a mesma poderia provocar. Numa outra vertente, o próprio salazarismo (re)forçava o

3 E ainda a publicação da obra de Jorge Dias, *Vilarinho das Furnas. Uma aldeia comunitária*, em 1948.

4 De referir neste contexto o caso excepcional de Marcel Mauss e o papel que ele deu às suas discípulas (cf. o documentário de Cármen Rial e Miriam Grossi). Entre elas, deve-se referir Germaine Tillon, autora de *Le harém et les cousins*, sobre a qual T. Todorov e C. Bom-berger, Germaine Tillon. *Une ethnologue dans le siècle* (Actes Sud, 2002).

estudo de uma identidade nacional, atravessando espaços geográficos e culturais distintos, fornecendo imagens etnográficas e históricas unificadoras: manuais escolares (linhas de caminho de ferro iguais do Minho a Angola, Guiné, Timor, etc.) e apoiou, por exemplo, trabalhos de antropólogos como Jorge Dias na compreensão desses *outros* africanos, nos finais dos anos 50 e também o 1.º Congresso de Antropologia Colonial, no Porto, em 1934 (Pina Cabral, 1991:30).

Deve ser mencionada, no contexto pós-democrático, a releitura das obras marcantes da Antropologia no período colonial, que tem vindo a ser realizada mais recentemente e que o período inicial de democratização “a perda de um império” não permitiu de imediato a avaliação da produção científica sobre esses países, aparecendo no entanto, nesse contexto, uma deslocação para o estudo das comunidades emigrantes de língua oficial portuguesa que tendem a viver nos bairros suburbanos da zona periférica de Lisboa. De referir, também, a reavaliação do que foi denominado *lusotropicalismo* de Gilberto Freyre (Miguel Vale de Almeida, Cristiana Bastos, Susana Matos Viegas, etc.).

Assim, no contexto pós 25 de Abril de 1974, surgem, obras que tentam já romper com uma idealização das comunidades rurais, com esse projeto nacionalista do Estado Novo, para um projecto mais sociológico. Refiram-se o livro marcante de antropologia portuguesa sobre o Alentejo, de José Cutileiro, *Ricos e pobres no Alentejo*, 1977, e, mais tarde, os trabalhos de Pina Cabral e Brian O’Neill. Pina Cabral, que no balanço sobre a produção antropológica portuguesa (1991) realça logo que um dos temas presentes na antropologia portuguesa é o papel e o poder das mulheres na família, que reaparece nas obras produzidas nos finais dos anos 70 e início dos anos 80 que incidiram nomeadamente sobre o papel da mulheres na emigração: *Homens que partem, mulheres que ficam*, Carolina Brettel (1991); o papel das mulheres na economia doméstica *Filhos de Adão, filhas de Eva*, Pina Cabral (1989); *Proprietárias, lavradoras e jornaleiras*, Brian O’Neill (1984); sobre *Famílias no campo – passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho* de Karin Wall, sendo pois nomeadamente abordada a questão sobre a ilegitimidade (e a sua reprodução) na articulação com a posse ou ausência da terra, que se pode denominar *as maternidades diferentes*.

Deste modo, a sociedade portuguesa, por alguma das características anteriormente evocadas, como o reforço da imobilidade, ideologia do “orgulhosamente sós” no contexto do Estado Novo em relação ao exterior, tornou-se um *terreno antropológico apetecível* para muitos antropólogos, como se esse imobilismo, a ausência de expressividade, se tornasse o *lugar exótico*, dos *nativismos* na sua *fixidez*. Sally Cole descreve deste modo a escolha do seu terreno, no prefácio da sua obra *Mulheres de praia* (1994), iniciado em 1984:

«Sabia que, desde a revolução de abril de 1974, a sociedade portuguesa tinha vindo a sofrer rápidas transformações sociais e económicas e políticas, mas sabia também que até 1974, o país tivera, sob o Estado Novo salazarista, a mais baixa taxa de crescimento na Europa Ocidental» (1994:13). Terreno antropológico percorrido por muitos antropólogos estrangeiros e sobretudo antropólogas como Sally Cole, acima referida, entre outras, Joyce Riegelhaupt, Collette Callier Boisvert, Mary Bouquet, Fabienne Watteau, Patricia Goldey, Lena Gemzoe.

Sally Cole descreve ou avalia deste modo os trabalhos de antropólogos anteriormente citados e realizados no contexto português e o modo como inscreveram o seu trabalho sobre a sociedade portuguesa na ideia de matricentralidade; matriarcado; uma comunidade rural feminina são os temas usados para designar a expressão social e simbólica do poder nas mulheres de família [...] ou que ela prefere quanto às famílias marítimas de Vila Chã por ela estudadas como sendo *centradas nas mulheres* citando Yanagisako (1977). Tendo em conta a incidência da “questão das mulheres” em tantas obras de antropologia do pós 25 de Abril, julgo estar por fazer a reavaliação (Leal, Pina Cabral, O’Neill e Brito, Matos Viegas e Pina Cabral) de obras que andavam nas margens da Antropologia, como por exemplo, *As Mulheres do meu País*, de Maria Lamas, ou de Maria Archer sobre África, cujas obras continuam a não ser mencionadas nos trabalhos de historiografia e de reflexão sobre os trabalhos realizados por etnógrafos, estudiosos, curiosos – que tem vindo a ser feito de forma persistente por João Leal (*Etnografia portuguesa, 1870-1970: cultura popular e identidade nacional*, 2000). João Leal (1999) que, segundo J. M. Sobral, «[...] identifica três “correntes” na etnografia portuguesa sob o Estado Novo: a representada pelos estudos etno-antropológicos de Jorge Dias e a sua equipa; uma “etnografia do regime” apoiada pelo SNI, Casas do Povo e outros organismos, ligada a uma “leitura nacionalista da cultura e das tradições populares”; e uma, alternativa, à esquerda, centrada na música popular, de que Lopes Graça e Giacometti foram as principais figuras» (Sobral, 2007: 514).

Ou ainda a avaliação da obra das mulheres de antropólogos, como a alemã Margot Dias, cujo contributo é importante para o trabalho de campo realizado, tanto em África como em Portugal, por Jorge Dias,

assim como a de obras que publicou individualmente, à semelhança do trabalho anteriormente citado de Mariza Corrêa, *Antropólogas e Antropologia* (2003).

Nas reavaliações elas aparecem ausentes, mesmo quando se quer re/ler um “outro” país ou um país outro. Há, pois, no contexto da antropologia portuguesa das últimas décadas – em particular no contexto da democratização do país – deslocamentos no(s) espaço(s) de ordem vária, tanto internas como externas, e que marcaram certamente a produção na área da antropologia: «somos híbridos de cidadãos de periferia e membros de uma elite cultural transnacional» e seria pois necessário (re)tornar o olhar que permitiria a inscrição e uma retórica da visibilidade, tanto nas suas marcas materiais como imateriais (cf. João Leal, 2000)<sup>5</sup>. Nessa reavaliação, fica pendente a questão pertinente de Mariza Corrêa: «o que é que a África tem a ver com o feminismo em Portugal?» Interrogação que formula a ausência e a referência, neste texto, das obras de Maria Lamas e de Maria Archer em simultâneo e no contexto da história da antropologia em Portugal e cuja ausência é ainda mais marcante quanto, do ponto de vista teórico os estudos pós-coloniais já entraram na academia.

Retomo uma interrogação de Maria Cardeira da Silva, «de que género é a Antropologia?» (1999: 172), deslocando-a provavelmente da interrogação formulada pela autora, mas que considero pertinente no contexto cultural e científico atual, em que, mesmo na não existência, há sempre alguém/algo que tem graus de visibilidade diversa, talvez porque, como referem Susana Matos Viegas e Pina Cabral, no texto «Na encruzilhada portuguesa contemporânea e a sua história» (2014: 312):

«Desde o início do século XIX, a antropologia académica, como projecto de estudo da condição humana, teve de integrar dois eixos tensos de polarização: um relacionado com questões de representação política e o outro com preocupações de natureza epistémica». Julgo que estes dois eixos, o de representação política e o de natureza epistémica, podem ajudar também a explicar a dificuldade de uma releitura de obras como a referida neste texto, tanto do ponto de vista científico como no seu enquadramento nas práticas etnográficas da altura e no olhar aí descrito no jogo entre distância e proximidade, não muito diferente das mesmas descrições sobre crenças e *falta de racionalidade*, por exemplo, relacionadas com a gravidez e parto em autores que integram esta mesma história da etnografia portuguesa (Joaquim, Teresa, 1983). Ou será e retomando as questões levantadas por Bruno Monteiro e Nuno Domingos: «Diversas propostas de interpretação sobre este espaço de relações em movimento pensam-no a partir de categorias criadas por elites sociais e intelectuais, instituições estatais, modelos científicos, tornando visível um mundo seleccionado, reproduzido por memórias e narrativas que domesticam o relato histórico. Esta visibilidade produz inúmeras invisibilidades e exclusões» (2015: 8).

Há pois, de modo persistente, mecanismos de ocultação ou, pelo menos, de falta de reflexão sobre determinadas obras. Passa-se, neste contexto, com a não integração na história científica e intelectual portuguesa o que Chatarina Edfeldt refere quanto à invisibilidade de obras de escritoras portuguesas e a sua não integração nessa mesma história, através de mecanismos que ela designa como “negligência” ou serem tratadas “à parte”:

«Mantém-se ao longo do século XX [...] a tendência de não conectar a literatura escrita por mulheres com as grandes linhas que constroem as histórias literárias» (2006: 107). Algumas destas autoras são também relegadas para áreas consideradas menores, como as de literatura infantil (idem: 121).

Como situá-la no contexto da história dos/as intelectuais em Portugal? De referir, ainda, que a mesma ausência se verifica nas referências a inquéritos em que, segundo Lais Pereira (2016), «a ausência da reportagem de Maria Lamas é mesmo a que mais se estranha, já que é também um inquérito – ao trabalho feminino – a partir do território nacional (...)» (2016: 172).

Nesse sentido, interrogo-me como situar *As Mulheres do meu País* no contexto da história da antropologia portuguesa que aparece, por vezes, nas referências bibliográficas e cujo trabalho, para além da escrita de *As Mulheres do Meu País*, passou a atravessar momentos/eventos contemporâneos similares a outros referidos nessa mesma história, nomeadamente o *Certame das Mulheres Portuguesas* (1930), recolha das tradições (contemporânea também da obra de Leite de Vasconcellos, *Etnografia portuguesa*), descrição dos modos de vida, a utilização da fotografia, o contraponto entre a ignorância e o progresso.

<sup>5</sup> Cujos textos são antecidos por uma bela foto com «Margot Dias, Miguel Torga, Jorge Dias e habitante de Vilarinho das Furnas» (pg. 288). Neste texto, João Leal refere também as três etapas do percurso da Antropologia Portuguesa (290 -291)

A partir da descrição concreta e real de um país, num gesto, movimento na elaboração de outros mundos, Maria Lamas descreve-o deste modo: «Fui ao encontro das minhas irmãs portuguesas, procurei conhecer e sentir as suas vidas humildes ou desafogadas, as suas aspirações, sintoma alarmante de ignorância, desinteresse e derrota» (in prefácio de *As Mulheres do meu País*); política na elaboração de outros mundos, na íntima relação com o facto de ser intelectual (jornalista, escritora)<sup>6</sup>. Nas constatações em relação (à falta de) às condições de vida; na atenção a fenómenos permanentes e persistentes na sociedade portuguesa, como a emigração. Na atenção às mudanças no modo de vida das mulheres, com a entrada no mundo do trabalho assalariado e o corte com as ideias de domesticidade veiculadas pela ideologia do Estado Novo e que a “realidade” deu a ver de modo diferente; por exemplo, na descrição extensa de profissões duríssimas tanto no mundo camponês, como o de carrejona (carregar à cabeça cestos, mobílias, sacos de batatas), como nas minas carregando cestos de carvão, nas fábricas, na construção de estradas; as longas distâncias a serem percorridas a pé até à fábrica; todas estas tarefas, realizadas em simultâneo com o cuidado dos filhos e das filhas, da casa (a constante referência à falta de condições de habitação), e também a persistente referência ao analfabetismo e à ignorância. A impossibilidade de participação na vida pública e no caso das mulheres de elite que têm acesso aos estudos, a falta de interesse pelo mundo público, para além do exercício da sua profissão.

Nesse sentido, julgo que este trabalho se inscreve também no ponto de vista de outro eixo de tensão mencionado por Matos Viegas e Pina Cabral (2014), o de representação, política (no sentido de *polis*) e, por isso, assume de pleno direito esta afirmação de bell hooks (que gosto de repetir): «O intelectual não é apenas alguém que lida com ideias. Tenho muitos colegas que lidam com ideias a quem eu muito relutaria em chamar intelectuais. Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas, porque ele ou ela vê a necessidade de o fazer. Segundo, intelectual é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla».

Intelectual? Certamente que ela o é (elas o são), na bela descrição de bell hooks acima citada, e que fazem também parte das mulheres de um país que (não) existe (ainda).

## Bibliografia

- ALMEIDA, Miguel Vale de, *Senhores de si. Uma interpretação antropológica da Masculinidade*, Fim de Século, 1995, 264 p.
- AMARAL, Ana Luísa (org), *Novas Cartas Portuguesas, edição anotada* de Maria Isabel Barreno, D. Quixote, 2007
- BELO, Maria, ALÃO, Ana P., CABRAL, I. Neves, «O Estado Novo e as mulheres» em *O Estado Novo das Origens ao fim da utarcia, 1926-1959*, vol II, Fragmentos, 1987, pp 263-279
- BRASÃO, Inês, *Dons e disciplinas do corpo feminino*, Deriva, 2017, 256 p.
- BRETELL, Caroline B., *Homens que Partem, Mulheres que Esperam*, D. Quixote, Portugal de perto, 1991, 317 p.
- BROMBERGER, Christian et TODOROV, Tzvetan, *Germaine Tillon. Une ethnologue dans le siècle*, Actes Sud, 2002, 94 p.
- CARDEIRA DA SILVA, Maria, *Um Islão prático*, Celta, 1999, 206 p.
- COLE, Sally, *Mulheres da Praia. O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*, D. Quixote, Portugal de perto, 1994, 195 p.
- COLLIN, Françoise, «Le temps natal», *Cahiers du GRIF*, ed. Complexe, 1994, pp. 113-129
- CORREA, Mariza, *Antropólogas e Antropologia*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003;
- IDEM, «Mulheres & Senhoras: em busca das Marias», in COVA e al., 2004, pp. 109-118
- COSTA, Célia, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947). Uma organização feminista*, dissert. em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, 2007
- COVA, Anne, RAMOS, Natália, e JOAQUIM, Teresa (org), *Desafios da Comparação. Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*, Celta, 2004, 342 p.
- COVA, Anne, PINTO, António C., *O Salazarismo e as mulheres*, 1997, Penelope, n.º 17, pp 71-94
- EDFELDT, Chatarina, *Uma história na História. Representações da autoria feminina na História da Literatura Portuguesa do século XX*, ed. C. M. Montijo, 2006
- ESTEVEVES, João G., *Mulheres e republicanismo (1908-1928)*, CCCIG, 2008, 112 p.
- ESTEVEVES, João G., «Os 33 anos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas - do republicanismo e feminismo ao antifascismo» in JESUS, Isabel Henriques, RIBEIRO, Paula Gomes, MIRA, Rita e OSÓRIO DE CASTRO, Zília, (coord.), *Falar de Mulheres Dez anos depois*, Húmus, 2016, pp. 67-83

<sup>6</sup> Questão de Maria Carneira da Silva na conclusão deste livro «De que riem as mulheres da medina?» (p. 169) que me lembra Sexta feira no romance *Sexta Feira ou os Limbos do Pacífico* de M. Tournier sobre Robinson Crusoe, em que no seu riso se desmoronava toda a organização social da ilha. Também (talvez) no riso das mulheres de Salé e a «[...] A importância das mulheres enquanto intermediárias entre a casa e o mundo [...]» e focando «a importância na dimensão intra-género na sua dinâmica inter-geracional e social» (1999: 171- 172) e cuja referência refere em nota e que li em contraponto à de M. V. Almeida (1996), desmontando a noção de masculinidade hegemónica em Pardais e «não uma cultura específica» (1995: 23), havendo em ambas as manipulações dos modelos dominantes de masculinidade e de feminilidade.

- FLADEIRO, Maria Antónia, *Maria Lamas. Biografia*, Quetzal, 2003, 247 p.
- IDEM, «Inquéritos feministas nos anos 30 em Portugal: uma cronologia anotada», in COVA e al., pp.119-132
- FIGUEIREDO, Isabel, *Cadernos de memórias cloniais*, Caminho, 2010, 180 p.
- GARCIA, Rosa M. Ballesteros, *El Movimiento Feminista Portugués del despertar republicano a la exclusión salazarista (1909-1947)*, Atenea, 2001, 374 p.
- GORJÃO, Vanda, *Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*, ICS, 2002
- GIL, José, *Salazar: a retórica da invisibilidade*, (trad. de M<sup>a</sup> Fátima Araújo), Relógio d'Água, 1995, 60 p.
- GUIMARÃES, Elina, *Uma Feminista Portuguesa, Vida e Obra (1904-1991)*, CIDM, 2004, 200 p.
- JESUS, Isabel Henriques, RIBEIRO, Paula Gomes, MIRA, Rita e OSÓRIO DE CASTRO, Zília, (coord.), *Falar de Mulheres Dez anos depois*, Húmus, 2016, 362 p.
- HEILBORN, M<sup>a</sup> Luisa e al., *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n.º 1, Zahar, 1980
- JOAQUIM, Teresa, *Menina e Moça. A Construção social da Feminilidade*, Fim de Século, 1997, 486 p.
- IDEM, *Dar à Luz. Ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal*, D. Quixote, Portugal de perto, 1983, 243 p.
- KOFES, Suely, «No labirinto, espadas e novelo de linha: Beauvoir e Haraway, alteriades, e alteridade, na teoria social», *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro / 2008, pp 865-877 <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/o8.pdf>
- IDEM, *Entre A porta e a ponte. Anotações par a uma discussão*, XXV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS CAXAMBU, 16/20 OUTUBRO, 2001 <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st19-3/4676-skofes-entre-a-porta/file>
- LAMAS, Maria, *As Mulheres do meu País*, Caminho, 2002 (2<sup>a</sup> edição)
- LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, D. Quixote, Portugal de perto, 2000, 272 p.
- LEAL, João, *Antropologia em Portugal. Mestres, percursos, transições*, Livros Horizonte, 2006
- IDEM, «O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa: uma Perspectiva Histórica» in P. F. da Costa (coord.), *Museus e Património imaterial: agentes, fronteiras, identidades*, Inst. Museus e conservação, 2009, pp 289-295
- MASCIA-LEE, Frances, SHARPE Patricia e COHEN Colleen B., «The postmodernist turn in Anthropology: cautions from a feminist perspective», *Signs*, vol. 15, 1989, pp. 7-33
- MONTEIRO, Bruno e DOMINGOS, Nuno, *Este país não existe*, Deriva, 2015
- MOUFFE, Chantal, *O regresso do político*, Gradiva, 1996
- IDEM, *L'illusion du consensus*, trad. P. C. d'Istria, Albin Michel, [*On the Political*, 2005], 2016, 198 p.
- O'NEIL, Brian Juan, *Proprietários, lavradores e jornaleiras*, D. Quixote, Portugal de perto, 1984, 462 p.
- PEREIRA, Lais. «Documento e discurso: sobre os inquéritos (à fotografia e ao território)», *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past 1, n.º 2* (2016): 153-175.
- PIMENTEL, Irene, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Temas e Debates, 2000
- PINA-CABRAL, João, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, D. Quixote, Portugal de Perto, 1989, 304 p.
- IDEM, *Os contextos da Antropologia*, Difel, 1991, 291 p.
- ROSALDO, Michelle, «O uso e o abuso da antropologia : reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural», in Cláudia Fonseca e M.<sup>a</sup> Noémi Brito (org.), *Horizontes antropológicos*. Género, pp. 11-36, UF Rio Grande do Sul, 1995
- SOBRAL, José Manuel, «O Outro aqui tão próximo : Jorge Dias e a redescoberta de Portugal pela Antropologia Portuguesa (anos 70-80 do século XX)», *Revista de História das Ideias*, vol. 28, 2007, pp. 479-526
- TAVARES, Manuela, *Feminismos. Percursos e desafios (1947-2007)*, Texto, 2010, 746 p.
- VENTURA, Isabel, *As primeiras mulheres repórteres. Portugal nos anos 60 e 70*, (prefácio de Fernando Alves), Tinta da China, 2012, 206 p.
- VIEGAS, Susana de M e PINA-CABRAL, João, «Na encruzilhada portuguesa: a antropologia contemporânea e a sua história», *Etnografica.revues.org.*, vol. 18(2), 2014, online desde 09/07/2014, pp. 311-332 (consultado em 30/10/2016)
- WALL, Karin, *Famílias no campo: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*, D. Quixote, Portugal de perto, 1998, 373 p.
- WATTEAU, Fabienne, *Conflitos e água de rega. Ensaio sobre a organização social no vale de Melgaço*, trad. A. M. Novais, pref. M. Drain, D. Quixote, Portugal de perto, 2000, 291 p.
- WEINER, Annette, *La richesse des femmes ou comment l'esprit vient aux hommes*. Éditions du Seuil, 1983, 280 p.